



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

Excelentíssimo Senhor Ministro EDSON FACHIN, Relator da Ação
Cível Originária nº 2.730/ES

A UNIÃO, representada por seu Advogado-Geral (art. 4º, inciso III, da Lei Complementar n.º 73/93), nos autos da presente ação cível originária movida pela COMPANHIA ESPIRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN, vem à presença de Vossa Excelência, interpor

AGRAVO

contra a decisão monocrática que julgou parcialmente procedente a demanda, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

I – DO CASO DOS AUTOS

Trata-se de ação cível originária ajuizada pela Companhia Espírito Santense de Saneamento (CESAN), sociedade de economia mista estadual, em face da União, com a finalidade de obter a declaração de inexistência de relação jurídico-tributária que a obrigue ao recolhimento de impostos federais incidentes sobre os seus bens, rendas e serviços, considerando o disposto no art. 150, VI, “a”, da Constituição (“imunidade recíproca”).

Roga, ainda, seja reconhecida a sua sujeição ao regime cumulativo de tributação do PIS/PASEP e da COFINS e garantida a repetição dos valores pagos a título de IR, IOF, PASEP e COFINS nos últimos cinco anos, contados da data da propositura da presente ação.

O Ministro relator, em despacho inicial, requereu diligências à autora, e determinou a citação da União, a qual apresentou sua contestação.

Adveio então, decisão monocrática em que se conheceu parcialmente da lide, e na parte conhecida, foi julgada parcialmente procedente, reconhecendo-se à autora a imunidade recíproca, em decisão nestes termos exarada:

(...) Assim, estando a imunidade tributária diretamente ligada a situações específicas de determinadas sociedades de economia mista, que não apenas a prestação de serviço público, faz-se necessária a análise, caso a caso, sob critérios.

Para tanto, no julgamento do RE 253.472, Dje 1º.02.2011, o redator para o acórdão, Ministro Joaquim Barbosa, desenvolveu metodologia consistente na superação de teste de três estágios, assim descritos:

“1) A imunidade é ‘subjética’, isto é, ela se aplica à propriedade, bens e serviços utilizados na satisfação dos objetivos institucionais iminentes do ente federado, cuja tributação poderia colocar em risco a respectiva autonomia política. Em consequência, é incorreto ler a cláusula de imunização de modo a reduzi-la a mero instrumento destinado a dar ao ente federado condições de contratar em condições mais vantajosas, independentemente do contexto;

2) Atividades de exploração econômica, destinadas primordialmente a aumentar o patrimônio do Estado ou de particulares, devem ser submetidas à tributação, por apresentarem-se como manifestações de riqueza e deixarem a salvo a autonomia política. Em decorrência, a circunstância de a atividade ser desenvolvida em regime de monopólio, por concessão ou por delegação, é de todo irrelevante;

3) A desoneração não deve ter como efeito colateral relevante a quebra dos princípios da livre-concorrência e do exercício de atividade profissional ou econômica lícita. Em princípio, o sucesso ou a desventura empresarial devem pautar-se por virtudes e vícios próprios do mercado e da administração, em que a intervenção do Estado seja favor preponderante”.

(...) Sublinho, portanto, que a Agravante cumpre o primeiro requisito exigido para a concessão da imunidade tributária, qual seja, a execução de serviço público de abastecimento de água e tratamento de esgoto, de forma exclusiva, por meio de convênios com os municípios do Estado do Espírito Santo.

No que se refere ao segundo estágio do teste de imunidade, verifica-se, da análise do controle acionário da CESAN, que a participação privada no quadro societário da Autora é irrelevante, por corresponder a 0,25% de suas ações. Ademais, não ficou configurado nos autos que a CESAN tenha intuito primordial de auferir lucros, ou aumentar o patrimônio do Estado ou de seus acionistas.

O Estado do Espírito Santo é detentor direto de 84,53% do capital social da Autora, que, somados aos 15,03% pertencentes à ADERES, empresa pública transformada em autarquia estadual pela LC estadual 382/2007, e aos 0,18% da SUPPIN, autarquia estadual criada pela LC estadual 372/2006, ambas sem fins lucrativos, somam 99,75% das ações da CESAN, o que lhe confere o controle acionário da empresa. Os demais 0,25% pertencem a acionistas diversos (pessoas físicas e jurídicas de natureza privada).

Por fim, não restou configurado nos autos risco ao equilíbrio concorrencial ou à livre iniciativa. Isso porque a Autora atua em regime de monopólio natural e não concorre com outras entidades em sua área de atuação. Consta da inicial, informação não refutada na contestação, referente à atuação exclusiva da CESAN em 52 dos 78 municípios do Estado do Espírito Santo. Confira-se: “No caso do Espírito Santo, o Estado conta com 78 (setenta e oito) municípios, dos quais 52 (cinquenta e dois) estão sob concessão da CESAN, 24 (vinte e quatro) contam com Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE (autarquias municipais) e apenas 1 (um) conta com serviços prestados por empresa privada, o Município de Cachoeiro de Itapemirim.

No último Município referido (Cachoeiro do Itapemirim), a operação por iniciativa privada apenas foi viável por se tratar de local com intensa ocupação urbana (206.973 habitantes – 236,06 hab/km², 91,4% de população urbana), distante da região Metropolitana da Grande Vitória e servido por afluente de grande viabilidade de captação de água, no meio da cidade (Rio

Itapemirim), o que gera natural propensão a uma situação superavitária, embora as tarifas praticadas sejam superiores às da CESAN (doc. 19).

Portanto, o amplo sistema de subsídios cruzados, a redução do custo individual por usuário com o atendimento em maior escala, e a maior viabilidade de obtenção de recursos Estaduais e Federais, por se tratar a CESAN de empresa estatal que atua visando ao alcance das diretrizes de universalização instituídas na legislação específica, fazem com que a Companhia não atue em ambiente concorrencial no Estado do Espírito Santo" (eDOC 2, p. 33).

Assim, tendo em vista que, embora a Autora ostente natureza jurídica de ente privado, (i) o percentual de participação do Estado no capital social da empresa é de 99,75%, o que assegura ao ente político o controle acionário da Autora; (ii) a empresa é sociedade de economia mista de capital fechado; (iii) a CESAN executa serviço público de abastecimento de água e tratamento de esgoto; e (iv) o faz de modo exclusivo; configura-se sua instrumentalidade para o Estado na execução de seu mister constitucional de melhoria das condições de saneamento básico (art. 23, IX, CF), incidindo, sobre ela, o regime tributário aplicável à Fazenda Pública.

Inconformada, a União interpõe o presente agravo.

II – A IMUNIDADE RECÍPROCA NÃO ALCANÇA A SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA EM QUESTÃO

A decisão ora agravada entendeu pela extensão da imunidade recíproca à empresa autora ao argumento de que: (i) seria possível o reconhecimento da imunidade recíproca em favor das sociedades de economia mista, caso atendido certos requisitos jurisprudencialmente estabelecidos; no caso, (ii) a autora prestaria serviço público, de forma exclusiva; (iii) seria irrelevante a participação privada em seu quadro societário e não teria sido comprovada, nos autos, a existência de intuito lucrativo; e, por fim, (iv) a autora atuaria em regime de monopólio natural, em ambiente não concorrencial.

Todavia, os argumentos elencados não são capazes de sustentar a tese da imunidade recíproca à companhia autora, conforme se passa a demonstrar.

II.1 – Da possibilidade de participação de capital privado na empresa autora

Acerca da questão debatida nestes autos, não se pode olvidar o disposto no enunciado Súmula nº 76 desse Excelso Pretório:

As sociedades de economia mista não estão protegidas pela imunidade fiscal do art. 31, V, "a", Constituição Federal.

Ainda que pré-constitucional, o enunciado nº 76 da Súmula do Supremo Tribunal Federal traduz o entendimento da Corte sobre a matéria, já que o art. 31 da Constituição de 1946, vigente à época, previa imunidade recíproca tal qual a atual¹.

No RMS 7.745/SP, relator o Ministro Sampaio Costa, que serviu de base à formulação do enunciado acima, destacou o relator que *“em se tratando de privilégio ou isenção a interpretação há que ser estrita”*. Aduziu, também, que *“o fato do Estado ser o maior acionista não modifica a sua natureza de sociedade de direito privado”*.

Ora, sabe-se que as sociedades de economia mista, como o próprio nome sugere, servem **para que o Estado atue como se particular fosse**. Diferem da empresa pública, que pode gozar de imunidade quando atue exclusivamente na execução de serviços públicos monopolizados.

Quando o artigo 173, § 2º, da CF estabelece que as empresas

¹ Art 31 - A União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios é vedado:

V - lançar impostos sobre:

a) bens, rendas e serviços uns dos outros, sem prejuízo da tributação dos serviços públicos concedidos, observado o disposto no parágrafo único deste artigo;

(...)

Parágrafo único - Os serviços, públicos concedidos, não gozam de isenção tributária, salvo quando estabelecida pelo Poder competente ou quando a União a instituir, em lei especial, relativamente aos próprios serviços, tendo em vista o interesse comum.

públicas e as sociedades de economia mista que exploram atividade econômica não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado, não está a estabelecer que, em lógica inversa, todas que não explorem atividade econômica tenham direito a tais privilégios.

Para que as empresas estatais se beneficiem da imunidade recíproca é necessário, conforme apontado na decisão agravada, que concorram, pelo menos, três situações: a) que sejam prestadoras de serviço público; b) que tenham caráter eminentemente público, confundindo-se com o próprio ente federado; c) que atuem em ambiente não concorrencial.

No presente caso, a autora tem como acionistas o Estado do Espírito Santo e algumas de suas Autarquias, além de alguns (ainda que poucos) particulares. Não se confunde, portanto, com o próprio Estado.

Dessa forma, o segundo aspecto apontado, necessário ao reconhecimento da imunidade, não se revela presente no caso em análise, haja vista que as ações da autora podem ser negociadas, em até 49% de seu capital social, passando à titularidade de qualquer particular.

Ainda que seu Estatuto não permita negociações em bolsa, isso não proíbe ações a particulares. Tanto que, ainda que em percentual irrisório – 0,25%, é fato que a empresa autora possui, hoje, acionistas particulares.

Da sociedade de economia mista participam particulares. Mesmo que hoje uma determinada sociedade não possua particulares como acionistas, nada impede que, reconhecida a imunidade recíproca, no outro dia essa sociedade ofereça ações no mercado de capitais.

Ou que, ainda que não os ofereça em bolsa, negocie seus papéis no mercado “de balcão” (corretoras), ou que aceite acionistas particulares.

A proibição de negociação em bolsa não é sinônimo de negociação com particulares.

O Decreto nº 2.575/1967, que autorizou a criação da empresa autora, somente obriga o Estado a deter a maioria do capital, e ainda **permite, expressamente, a transferência de ações a terceiros:**

Art. 4º - O Capital Social da COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - Cesan - será, inicialmente de NCR\$ 15.000.000.000,00 (quinze bilhões de cruzeiros), representado por 300.000 (trezentas mil) Ações Ordinárias, de valor nominal de Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) cada uma, com direito a voto **devendo o Estado subscrever, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento)**, mantendo nos aumentos de capital subsequentes, a mesma porcentagem mínima.

Art. 5º - **O Estado poderá transferir a terceiros as ações subscritas além do mínimo indicado no artigo anterior.**

Da mesma forma **seu próprio Estatuto Social prevê, inclusive, distribuição de lucro aos acionistas:**

CAPÍTULO IV
DO BALANÇO E EXERCÍCIO SOCIAL
Artigo 30º - (...)

Parágrafo primeiro - Do lucro líquido do exercício deduzir-se-ão:
(...)

b) uma quota destinada ao pagamento de dividendos aos acionistas, a razão mínima de 25% (vinte e cinco por cento);

As empresas públicas, diferentemente, são formadas por capital estatal, seja de um único ente, seja de vários entes. **Todos eles, porém, públicos!** A incidência de imunidade recíproca, portanto, é devida **porque acaba por abranger, no fundo, o próprio Estado.**

As sociedades de economia mista podem possuir quase metade de capital votante pertencente a particulares (49%), que compraram suas

quotas em negociação de ações (não importa se no mercado aberto de capitais ou fora dele). Não é possível, portanto, que esses **acionistas privados se beneficiem de uma imunidade** que deveria abranger exclusivamente os próprios entes estatais.

Ante o exposto, nada impede que as ações, ainda que lançadas ou não no mercado de capitais, **sejam futuramente compradas por particulares**. Assim, **a existência casual de 100% (ou, de 99,75%, como no presente caso)** de capital público deve ser encarado como algo **transitório**. Essas são decisões gerenciais que não têm garantia de perpetuação. **Uma sociedade de economia mista que hoje não possui participação de particulares pode passar a ter no futuro.**

Assim sendo, pelos motivos acima elencados, a imunidade tributária não pode ser estendida à empresa autora.

II.2 – Do caráter não monopolístico do serviço público de tratamento de água e esgoto. Da possibilidade de concorrência

No presente caso, a atividade desempenhada pela empresa autora, ainda que considerada como serviço público, **não pode ser considerada monopolizada**. Prova disso restou trazida aos autos pela própria autora, e foi mencionado expressamente na decisão agravada: ainda que em grande parte dos municípios do Espírito Santo seja a CESAN quem presta tal serviço, **em 1/3 (um terço) dos municípios do Estado, não é ela quem presta o serviço**. Ou seja, outras empresas podem prestar o mesmo serviço (e o fazem, como comprovado nos autos). Não se trata, portanto, de exclusividade do serviço.

Inclusive, trata-se, como também mencionado na decisão agravada, de serviço **municipal**, prestado sob o regime de **concessão**, por **empresa estadual**. Já por aqui, podemos entender que **qualquer outra**

empresa, particular ou pública, poderá concorrer a esta concessão.

Estando a empresa pública beneficiada pela imunidade tributária, dificilmente empresas particulares terão condições de concorrer.

Com isso, afasta-se a possibilidade de se enquadrar o caso nos precedentes dessa Suprema Corte.

E a jurisprudência da Corte é totalmente contrária à incidência da imunidade quando se trata de serviço público sujeito à liberdade concorrencial. Sobre o tema, vide os seguintes precedentes:

MEDIDA CAUTELAR EFEITO SUSPENSIVO A RECURSO EXTRAORDINÁRIO. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA. ICMS. IMUNIDADE INVOCADA PELO MUNICÍPIO. CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ART. 150, INCISO VI, LETRA "A". (...)

Condição inexistente no caso, visto que, de acordo com o acórdão recorrido, o fornecedor da iluminação pública não é o Município, mas a Cia. Força e Luz Cataguases, que paga o ICMS à Fazenda Estadual e o inclui no preço do serviço disponibilizado ao usuário. A imunidade tributária, no entanto, pressupõe a instituição de imposto incidente sobre serviço, patrimônio ou renda do próprio Município. Ademais, de acordo com o art. 155, § 3º, da Magna Carta, o ICMS é o único imposto que poderá incidir sobre operações relativas a energia elétrica. Medida cautelar indeferida. (AC 457-MC/MG, Rel. Min. Carlos Britto).

Ação Cível originária. Imunidade fiscal com base no disposto no artigo 150, VI, "a", e seu parágrafo 2º. Natureza jurídica do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE. (...)

- No mérito, esta Corte já firmou o entendimento (assim, no RE 120932 e na ADI 175) de que o Banco-autor não tem a natureza jurídica de autarquia, mas é, sim, empresa com personalidade jurídica de direito privado. Conseqüentemente, não goza ele da imunidade tributária prevista no artigo 150, VI, "a", e seu parágrafo 2º, da atual Constituição, não fazendo jus, portanto, à pretendida declaração de inexistência de relação jurídico-tributária resultante dessa imunidade.

Ação que se julga improcedente. (ACO 503/RS, Rel. Min. Moreira Alves)

Por mais essa razão, devem ser julgados improcedentes os pedidos articulados pela autora, uma vez que não preenchidos os requisitos estabelecidos por esse próprio Excelso Pretório para a extensão da imunidade recíproca às sociedades de economia mista.

II.3 – Da vedação constante do art. 150, § 3º, da Constituição.
Da cobrança de tarifa pela prestação do serviço

Ainda que a decisão ora agravada tenha mencionado que não se aplicaria ao presente caso, fato é que o **RE n. 580.264** traz algumas particularidades que podem ser aqui aplicadas. Seu julgamento restou assim ementado:

CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA RECÍPROCA. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. SERVIÇOS DE SAÚDE.

(...)

2. A prestação de ações e serviços de saúde por sociedades de economia mista corresponde à própria atuação do Estado, desde que a empresa estatal não tenha por finalidade a obtenção de lucro.

As sociedades de economia mista prestadoras de ações e serviços de saúde, cujo capital social seja majoritariamente estatal, gozam da imunidade tributária prevista na alínea “a” do inciso VI do art. 150 da Constituição Federal.

3. Recurso extraordinário a que se dá provimento, com repercussão geral. (RE 580264/RS, Relator o Min. Joaquim Barbosa, Relator p/ Acórdão: Min. Ayres Britto, Tribunal Pleno, DJe de 6/10/11)

Na sessão de 19 de setembro de 2013, o STF apreciou embargos de declaração opostos pela União ao acórdão proferido no RE n. 580.264 e prestou **relevantes esclarecimentos**, assim sintetizados no voto do relator:

Com efeito, é de se ver que, independentemente das particularidades do caso concreto, o recurso extraordinário do Hospital Nossa Senhora da Conceição S/A, adotado por esta Corte como paradigma, serviu de baliza para a formação de conclusões genéricas, cuja aplicação pode não se restringir à presente hipótese.

Nesse sentido, quando da análise do mérito recursal, asseverou a Min. ELLEN GRACIE:

Há de se destacar, pois, que, embora normalmente sujeitas ao pagamento de impostos, as sociedades de economia mista podem vir a gozar de imunidade quando a natureza dos serviços por elas prestados e modo como exercidos evidenciem tratar-se de longa manus dos entes políticos para a prestação de serviços públicos típicos à população, sem contraprestação e sem finalidade lucrativa."

Por óbvio, o entendimento firmado não se estende, como acima evidenciado, a toda e qualquer sociedade de economia mista, mas apenas àquelas cujo quadro fático se revele análogo ao da ora apreciada - aspecto este, inclusive, bem salientado na ementa do julgado, cuja finalidade é de tão somente sintetizar a matéria decidida por este Tribunal, omitindo-se suas minúcias, constantes do inteiro teor do acórdão. Deste modo, em não se verificando tal identidade, não poderá incidir a orientação firmada nos presentes autos. (grifamos)

Vê-se, assim, que o STF ainda não esgotou o exame de todas as questões relacionadas com a imunidade tributária recíproca das sociedades de economia mista. No entanto, é inegável que **algumas balizas iniciais** já foram fixadas pelo Tribunal no julgamento do RE n. 580.264. Destaca-se o entendimento de que *"(...)as sociedades de economia mista podem vir a gozar de imunidade quando a natureza dos serviços por elas prestados e modo como exercidos evidenciem tratar-se de longa manus dos entes políticos para a prestação de serviços públicos típicos à população, sem contraprestação e sem finalidade lucrativa"* (trecho do voto da ministra Ellen Gracie já transcrito).

Demonstradas as balizas iniciais já fixadas pelo STF, importa passar ao exame dos elementos do caso concreto, tendo em vista a orientação que se extrai do voto do ministro Teori Zavascki nos embargos de declaração no RE n. 580.264, já transcrito: *"(..) o entendimento firmado não se estende, como acima evidenciado, a toda e qualquer sociedade de economia mista, mas apenas àquelas cujo quadro fático se revele análogo ao da ora apreciada"*.

Ora, no caso tratado nestes autos, há a contraprestação pecuniária pelo serviço público prestado pela CESAN, o que afasta a possibilidade do regime de imunidade tributária. Com efeito, dispõe o artigo 150 da Constituição:

Art. 150 (..)

(..)

§ 2º - A vedação do inciso VI, "a", é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

§ 3º - As vedações do inciso VI, "a", e do parágrafo anterior não se aplicam ao patrimônio, à renda e aos serviços, relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel. (..) (grifou-se)

O texto da Constituição é expresso: não se reconhece imunidade tributária quando houver "*contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário*". O §2º também é revelador, ao conferir expressamente a imunidade tributária às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, sem mencionar empresas públicas e sociedades de economia mista, a Constituição não deixa dúvidas sobre a intenção de restringir o alcance da imunidade.

Ora, a própria autora reconhece que cobra dos usuários pagamento pelos serviços prestados, a qual tem a natureza jurídica de tarifa.

Diferente disso é a situação de um serviço público monopolizado, como é o caso da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou da Casa da Moeda do Brasil.

Exemplificando-se, quando do julgamento do **Tema 644 da repercussão geral – RE nº 773.992**, essa Casa manifestou-se no sentido de que a ECT possui características *sui generis*, uma vez que presta serviço

público de prestação obrigatória e exclusiva. Veja-se:

REPERCUSSÃO GERAL. TRIBUTÁRIO. IPTU. EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS (ECT). IMUNIDADE RECÍPROCA (ART. 150, VI, A, CF). RELEVÂNCIA ECONÔMICA SOCIAL E JURÍDICA DA CONTROVÉRSIA. RECONHECIMENTO DA EXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL DA QUESTÃO. PRECEDENTES DA CORTE. RECONHECIMENTO DA IMUNIDADE RECÍPROCA. RATIFICAÇÃO DO ENTENDIMENTO. POSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DO PROCEDIMENTO DA REPERCUSSÃO GERAL (ART. 543-B, CPC).

1. Perfilhando a cisão estabelecida entre prestadoras de serviço público e exploradoras de atividade econômica, esta Corte sempre concebeu a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos como uma empresa prestadora de serviços públicos de prestação obrigatória e exclusiva do Estado. Precedentes.

(...)

6. Mesmo no que concerne a tributos cuja materialidade envolva a própria atividade da ECT, tem o Plenário da Corte reconhecido a imunidade tributária a essa empresa pública, como foi o caso do ISS, julgado no RE nº 601.392/PR, Tribunal Pleno, Relator o Ministro Joaquim Barbosa, redator para acórdão o Ministro Gilmar Mendes, julgado em 1/3/13.

7. Manifesto-me pela existência de repercussão geral da matéria constitucional e pela ratificação da pacífica jurisprudência deste Tribunal sobre o assunto discutido no apelo extremo e, em consequência, conheço do agravo, desde já, para negar provimento ao recurso extraordinário.

No presente caso, conforme cabalmente demonstrado no tópico anterior, a atividade não é prestada em regime de monopólio, não se revelando aplicável à hipótese os precedentes dessa Suprema Corte relativos à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Assim sendo, por mais esse motivo, a imunidade tributária não pode ser estendida à empresa autora.

III – DO PEDIDO

Ante o exposto, requer a União seja reconsiderada a decisão agravada, a fim de que sejam julgados improcedentes os pedidos articulados

na petição inicial.

Caso assim não se entenda, requer seja o processo apresentado em mesa para julgamento, dando-se provimento ao presente agravo.

Nesses termos, pede deferimento.

Brasília, 18 de maio de 2016.

FÁBIO MEDINA OSÓRIO
Advogado-Geral da União

GRACE MARIA FERNANDES MENDONÇA
Secretária-Geral de Contencioso²

Altair Roberto de Lima
Secretário-Adjunto da
Secretaria-Geral de Contencioso - SGCT

JOSÉ CÂNDIDO MAGALHÃES
Advogado da União

² Conforme Portaria de delegação nº 476/AGU, publicada no DOU de 17.05.07.